

# A CABANAGEM

133

## NO

## LIVRO

## DIDÁTICO

### NEDAULINO VIANA DA SILVEIRA\*

O uso frequente de livros didáticos nas escolas primárias e secundárias de todos os estados brasileiros, em especial no Estado do Pará, é fato que merece a atenção de todos os interessados em educação. A mensagem idealizada pelos autores desses livros didáticos, voltada para o ensino de História, reflete o interesse da classe dirigente em transmitir aos alunos conhecimentos e valores que possam contribuir para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis.

Este livro didático de História, escrito por Nedaulino Viana da Silveira, apresenta uma abordagem inovadora e atualizada dos conteúdos curriculares. O autor, professor de História da Universidade Federal do Pará, traz para o ensino de História uma linguagem clara e objetiva, com exemplos e ilustrações que facilitam a compreensão dos alunos. O livro didático de História de Nedaulino Viana da Silveira é uma obra que merece a atenção de todos os interessados em educação.

\*Nedaulino Viana da Silveira, professor de História da América do Departamento de História e Antropologia da Universidade Federal do Pará, e professor de História do Brasil, do curso de 1º Grau do Núcleo Pedagógico Integrado da mesma Universidade.

Licenciado em História pela UFFa, fez Pós-Graduação em História do Brasil na Universidade Federal Fluminense.

Atuou de 1967 a 1978 como professor de História em escolas de 1º e 2º graus da rede estadual e particular de Belém, tendo participado da equipe de elaboração do currículo de 1º grau adotado pela Secretaria de Educação do Pará em decorrência da lei nº5692/71 que determinou a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus.

Atualmente dedica-se principalmente ao estudo do livro didático de história, a influência que exerce sobre o educando, e seu uso nas escolas de 1º e 2º graus.

"O livro didático é feito para a pequena burguesia, a fim de arregimentá-la, com promentê-la com a classe burguesa. Desconhece a classe operária discriminando-a. A contradição capital-trabalho não existe. O livro legitima os valores pequeno-burgueses..." (Ana Lúcia G. Farias, Ideologia no livro didático. Editora Cortez, pág. 73).

O uso frequente e indisciplinado do livro didático, principalmente nas escolas de primeiro grau, transformou-se num problema que carece da urgente atenção de todos aqueles interessados em educação em nosso Estado. Parece-nos bem claro, e é lamentável se não o for para a grande maioria do professorado, que a mensagem ideológica apresentada pelo livro didático, reflete principalmente os interesses da classe burguesa, e não os interesses das classes menos favorecidas, já que estas por representarem a maioria da população brasileira, deveriam ter o livro didático voltado fundamentalmente para temas e estudos, que fossem ao encontro de suas reais necessidades. "...o livro didático, seja qual for - de História, Geografia, Estudos Sociais ou mesmo de Matemática - não é neutro. Nos conteúdos que transmite também se encontram os valores, as crenças, enfim a visão de mundo dos autores que produzem." (Ma. Laura P. Barbosa Franco, O Livro Didático de História no Brasil: a versão fabricada, Ed. global, pág. 17). Partindo-se desta perspectiva, temos que reconhecer o quanto é importante o livro didático de história na transformação do adolescente num ser ativo, crítico e criativo, porém constatamos o quanto ele está longe de atingir tal objetivo. Por ser uma poderosa via de circulação da ideologia burguesa, o LDH (Livro Didático de História) vem cheio de artimanhas que propositalmente reforçam tal ideologia. Ele usa, por exemplo, os preceitos da história oficial e, de maneira pouco elucidativa, trata os assuntos por ela consagrados, como feitos miraculosos, frutos da vontade individual de determinadas pessoas que parecem aos estudantes como criaturas superdotadas, parentes próximos dos heróis gregos que para o nosso ufanismo vieram habitar entre nós, e realizaram sucessivos atos de heroísmo para o embelezamento da história pátria.

A começar pela invasão portuguesa de 1500 às terras indígenas - fato batizado com o nome de descobrimento - a história oficial brasileira determina como se deve estudar, e conseqüentemente entender, os motins e levantes po

pulares acontecidos nesses quase quinhentos anos de Brasil. Tais revoltas são atribuídas sempre ao mau gênio de alguns rebeldes e facínoras que resolveram tumultuar a paz e a tranquilidade do país. No entanto quando se trata de certas conquistas ou de notáveis mudanças, a situação é outra, aí não é o povo que atua pois esses fatos só ocorrem, porque tais super-dotados heróis moravam no Brasil e se tornaram os líderes e executores dos vários acontecimentos, negando-se toda e qualquer participação de caráter popular, contribuindo, fortemente, para o discurso ainda tão em moda de que a gente do povo de nada sabe: não sabe se dirigir, precisa de comandos, daí, não poder sequer escolher os seus governantes uma vez que não sabe votar.

O LDH também se presta para fortalecer e transmitir preconceitos e discriminações raciais. A história ensinada nas escolas de 1º e 2º graus contribui, com raras exceções para reforçar a concepção de que, o negro era esse cravo devido sua cor, força e resignação. Que o índio era selvagem e preguiçoso por isto, não queria ajudar o branco no trabalho de engrandecimento do Brasil, e, em consequência da sua indolência vive até hoje na miséria. O português, no entanto, é sempre o herói que vencendo as dificuldades de toda ordem chega à terra que chamou de Brasil, à qual ofertou sua língua, religião e costumes, além da sua cor e o incansável esforço pelo progresso dela.

As inúmeras lutas sociais que se sucederam ao longo da nossa história, são passadas geralmente pelo livro didático como desnecessários ataques de foras-da-lei a cidadãos honestos, ricos porque trabalharam, cultos porque se esforçaram em aprender, e cuja a vontade deve por isto tudo ser respeitada. Normalmente se omitem em explicar que tais lutas possuem causas específicas a cada caso, mas que no geral elas são consequentes das desigualdades sociais, sempre presentes na sociedade brasileira, na qual uma classe forte e poderosa - a dominante - dona dos meios de produção, explora a outra - a dominada - que apesar de numericamente maior é a mais fraca, e que se revolta por não ter seus direitos respeitados. Observa-se nos textos dos LDH um destaque muito grande aos líderes da reação à essas lutas, normalmente militares e algumas vezes europeus, que sem muito esforço, mas com supremo heroísmo, conseguem vencer a plebe revoltada, composta de negros, índios distribuídos e seus descendentes cafusos, mulatos e caboclos. Se forem gente branca, são também considerados analfabetos, violentos e desorganizados, autores de crimes e saques monstruosos, levando o estudante a aceitar como verdade, a imprescindível atuação do branco europeu - geralmente português - para o crescimento do Brasil. E mais ainda, a super-valorização dos militares na organização da administração e na formação do Estado brasileiro.

Em contra partida, parece que os autores de tais textos acham normal que pessoas sem estudo, sem fardas e títulos de nobreza, sem posição social elevada estejam fatalmente fadadas a morar mal, a ser mão-de-obra barata e a viver na marginalidade.

Tais contradições nos levaram a discordar da ótica pela qual quase a

totalidade dos livros didáticos de história vê a Cabanagem: luta sangrenta em cetada por bandidos violentos, que tinham como objetivo principal o esfacelamento da ordem e do poder estabelecidos na Província, para livremente saquearem os bens de pacatos cidadãos lusos. Por entendermos que tais conceitos não correspondem à realidade, procuramos comprovar com este estudo, o quanto o LDH é desleal com o movimento cabano.

Este trabalho foi iniciado a partir da leitura de vários livros de história do Brasil e do Pará, escritos para o uso em escolas de 1º grau (e curso ginásial) e em alguns casos, para cursos de segundo grau. Dividimos as fontes de pesquisa em dois grandes blocos: um formado basicamente por obras de história regional, escritas por gente daqui, impressas em Belém e publicadas até 1937, um ano após o centenário da vitória das tropas de combate à Cabanagem. O outro bloco é composto, exclusivamente, de obras didáticas de autores não paraenses e que foram publicadas fora do Pará. São livros de História do Brasil surgidos entre os anos 50 e 80.

Foi estabelecido o critério de consultar um livro didático a cada vinte anos, a partir de *Motins Políticos*, considerada a obra mais rica em informações sobre os anos que antecederam a Cabanagem, até o livro *História do Brasil* editado em 1953. Este critério foi estabelecido basicamente devido à carência de publicações dessa natureza até o início dos anos 60. A partir desta data nos foi possível analisar, em média, uma obra por ano, perfazendo um período de vinte anos, que vai de 1965 à 1985.

Duas obras não didáticas, foram usadas neste estudo: os *Motins Políticos* e a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. A primeira, como nos referimos anteriormente, por tratar-se de excelente fonte de dados sobre a Cabanagem. A segunda, por registrar os principais eventos comemorativos do centenário da pacificação da luta, pelas tropas do governo Regencial.

Com referência aos *Motins Políticos*, há de se fazer restrições, devido a falta de imparcialidade do autor em julgar os fatos, e ao amargo desprezo com que trata os cabanos:

"A agitação que havia no espírito público, acariciava e seduzia a muitos. A subversão da ordem pública tem atrativos que prendem as classes proletárias a esperanças fagueiras sobre o futuro. Na da tendo que perder, são-lhes mais ou menos proveitosos os destroços das tempestades revolucionárias. É jogo de azar em que entram sem adiantar para nada. Se não auferem lucros, também não têm prejuízos." (*Domingos Antonio Raiol, Motins Políticos*, pag. 556).

Esta obra foi publicada cinquenta anos após o término da Cabanagem.

quando as consequências da luta eram ainda bastante fortes, os interesses pessoais bem nítidos, as paixões e mágoas ainda latentes. Tal posicionamento do autor com relação aos cabanos, chega a ser compreensível, se levarmos em conta o trauma por ele sofrido. Era componente de família burguesa que perdera, não só parentes, como bens materiais, no desenrolar da luta:

"Ah! Senhores, perdoai. Eu tenho em alguns pontos de minha narração tomado um estilo (tal vez) não próprio de um simples depoente; porém não posso recordar as cenas que vi sem que uma eletrização formal me fale as veias, e expresse pelos lábios a indignação que elas me causaram." (Raiol, op. cit., pag. 605).

Acreditamos que, as dramáticas descrições de cenas de "tamanho barbarismo", tenham contribuído enormemente, para se formar todo um sentimento de piedade, pelas vítimas da Cabanagem, e de repulsa pelos cabanos, quando na verdade, por serem eles componentes das classes menos favorecidas, foram as maiores vítimas da luta.

Se esta obra, ainda hoje, é reputada como leitura importante para quem busca informações sobre a Cabanagem, podemos avaliar sua contribuição para criar um ambiente de preconceitos contra os revoltosos, e de intolerância contra o motim. Talvez aí esteja a justificativa para as grosseiras referências ao movimento e aos seus participantes, que se perpetuaram nos livros didáticos, através dos anos. Por outro lado há um agravante, que é a falta de pesquisas melhor direcionadas sobre o tema, que, por certo, alterariam o quadro atualmente existente.

A outra obra não didática utilizada, foi a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, pelos motivos já expostos anteriormente. Podemos observar nos discursos de alguns membros do IHGP, um tratamento respeitoso à Cabanagem e seus participantes, embora estivessem diretamente envolvidos nas comemorações do tipo "Noite de Andréa", levada a efeito com grandes pompas, no Teatro da Paz. Quanto aos festejos oficiais, o que presenciamos foi o realce à atuação de Andréa, na reação a luta:

"DECRETO N. 2104 de 11 de Maio de 1936  
O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições, e considerando que o dia 13 do corrente comemora o 19º centenário da entrada, em Belém, das tropas imperiais, sob o comando do general Francisco José Soares de Andréa, presidente da então Província do Pará, e comandante das armas;

considerando, também, que o mesmo dia assinala o centenário de afastamento de Belém do governo cabano, a implantação da legali-

dade e o início da pacificação das lutas da Cabanagem, levada a efeito pelo referido general,

DECRETA:

Art. 1º - É feriado, em todo o Estado, o dia 13 de maio de 1936, em comemoração do 1º Centenário da reimplantação do governo legal no Pará.

Art. 2º - Revogam-se as disposições ..." (Revista do IHGP, vol. X, pág. 307).

Tais homenagens (entre elas a inauguração de um monumento ao general Andréa), serviram para reforçar a reação ao movimento cabano, presente ainda hoje nos LDH. Após as observações feitas, passamos a examinar como o LDH mostra a luta revolucionária dos cabanos.

No livro publicado em 1900, e organizado "De acordo com o programa oficial para exames de certificados, e formulados pelos melhores autores", se trata de uma obra que "Foi aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Pública mandada admitir nas escolas primárias do Pará.", os autores consideram a Cabanagem um movimento anarquista, mantido por grupos de desclassificados:

"Um fato que prova estarem os próprios chefes da revolta cansados da anarquia, e ter Vinagre contribuído para o desembarque..."

"Nem sempre foi feliz, porquanto a população ainda não estava saciada e nem os seus chefes obedecia."

"A anarquia senhorou-se de toda a província e o canibalismo cevava seu ódio, praticando os mais abomináveis crimes..." (Autor desconhecido, Pontos de história do Brasil e do Pará, Editores Pinto Barbosa e Cia., pág. 84 - 92.)

Há, neste livro, um flagrante desrespeito aos ideais que motivaram o povo paraense à luta, além de um total desprezo aos componentes das classes menos favorecidas:

"As conseqüências das guerras civis são salutaras se estas obedecem a nobres ideais; não podiam ser as da cabanagem, que não foi mais do que o escabujar da plebe sedenta de vingança." (Autor desconhecido, op. cit., pág. 97.)

Vinte anos depois a história oficial, numa clara demonstração de subserviência aos comandos da classe dominante, continua distorcendo os reais propósitos da Cabanagem:

"A anarquia formava-se dia a dia no seio da plebe e da soldadesca (...)

Recrudescer a anarquia e nada mais pode contê-la..."(Theodoro Braga, Noções de Chorografia do Estado do Pará, Gráfica Amazônica, pág. 178-9.)

O autor caracteriza a luta por ser movida pelo ódio e pela vingança:

"Os irmãos Eduardo e Geraldo Angelim, os irmãos Antonio, Manoel, Raymundo e José Vinagre e outros, excitados pelo ódio e sedentos de vingança reuniram um forte grupo de homens de classe mais inferior e resolveram matar aquelas duas altas autoridades."

"O restabelecimento da legalidade custou muito sangue, mas foi duradouro e eficaz."(T. Braga, op. cit., pág. 181).

Já que da luta faziam parte bandidos, que só pensavam em destruição, era necessário o uso de força para combatê-los, mesmo que tal, exigisse muito sangue em troca...

Nesse mesmo ano (1919) surge um outro livro didático, de autoria de Arthur Vianna, "Organizados de acordo com o programa para os exames de estudos primários". Também para o autor a gente do povo não tinha qualquer lucidez na participação de lutas como a Cabanagem, visando a emancipação de toda uma camada inferior da sociedade. Para ele, somente o ódio e a vingança moveram os cabanos, tanto que se reporta ao movimento com termos bastante reacionários como "terríveis desordens", "recrudescer a anarquia", "juncando a rua de cadáveres", "morticínios infames", "anarquia devastadora". Em seu entender os cabanos eram pessoas más:

"Os irmãos Angelim (...), excitados pelo ódio, sequiosos de vingança reuniram grande número de homens, na sua maior parte de sentimentos baixos e vis, e tramaram não só a deposição do presidente e do comandante das armas, mas ainda a sua morte..." (Arthur Vianna, Pontos de história do Pará, Emp. Gráfica Amazônica, pág. 51.)

Procura, também, escamotear os reais motivos que se somaram para o enfraquecimento da luta e seu término, diminuindo a liderança de Angelim e enaltecendo a figura de Andréa:

"A Cabanagem ia, então, enfraquecendo; Eduardo Angelim já não tinha o prestígio dos primeiros dias; as suas ordens já não eram

cumpridas com o ardor primitivo." (A.Vianna, op. cit. pág., 55).

Procura, ainda, justificar as inúmeras mortes provocadas pela repressão, assim:

"Muitos foram mortos; outros morreram nas prisões; correu, portanto, muito sangue ainda mas exterminou-se a anarquia que por tanto tempo assolou a província." (A. Vianna, op. cit. pág., 57).

O livro analisado a seguir, "Para o curso complementar dos estabelecimentos de ensino do Estado do Pará", nos surpreendeu pelas referências respeitadas feitas aos cabanos:

"Uma das páginas mais belas do heroísmo do nosso caboclo, foi, por certo, a tomada do Arsenal de Guerra, depois de haver perecido um grande número de combatentes, em nove dias de combate..." (Raimundo Proença, Pontos de história do Pará, Papelaria Americana, pág. 72).

Ufanismos à parte, percebe-se que pela primeira vez (e será uma das únicas) um autor se reporta à desigualdade de condições materiais e da correlação de forças entre o exército cabano e o "legalista", abrindo uma brecha que oportunizará ao estudante tirar suas próprias deduções, sobre os motivos do enfraquecimento da luta, e não ser obrigado a aceitar como únicas causas, a desorganização do movimento e a fraqueza dos revoltosos, comumente citadas pelos textos analisados. E continua:

"Acontecimento verdadeiramente épico, esse, em que mais uma vez, os naturais do Pará arrojadamente afrontaram o poder naval do adversário, em plena luz do dia, não como cobardes, mas como verdadeiros heróis!..." (R. Proença, op. cit., pág. 75).

Nesse texto de abordagem bem diferente das anteriormente analisados, seu autor nunca se refere ao Padre Prudêncio para decantá-lo como herói, por ter ele chefiado a reação aos cabanos em Cametá. Tal fato nos chamou atenção por ser ele, uma constante nos textos didáticos ou não, por nós examinados. Por outro lado, o autor é o único a ressaltar a contribuição do poder chamado legal, estabelecido no Pará para a formação do estado de calamidade e penúria, no qual a Província mergulhou, e que a história oficial atribui como culpa exclusiva do movimento cabano:

"Tomando várias providências de emergência, determinou o Dr. Ângelo (1) o bloqueio

de Belém, começando, em consequência dessa ordem, a faltar gêneros alimentícios na capital". (R. Proença, op. cit., pág. 68).

Neste ponto, o nosso estudo atinge o segundo bloco, o das obras lançadas no mercado nacional, a partir da década de 50, e para cá enviadas, prática até hoje usada em nossas escolas, à qual temos seríssimas restrições a fazer, primeiramente por se tratar de obras que se interessam muito pouco por nossa região e, cujos textos, quando se aventuram a tratar de coisas da Amazônia, normalmente o fazem de maneira falha.

O livro que analisamos é dirigido para estudantes do curso colegial, atualmente 2º grau. Nele o autor faz um relato totalmente factual do movimento cabano - como o fazem a maioria dos autores - sem no entanto usar os costumeiros ataques verbais daqueles. O texto, apesar de tudo, é comprometido com a história oficial, na medida em que não contribui para um melhor entendimento do clima sócio-político-econômico do Pará na época da luta, deixando assim um espaço aberto aos vários tipos de interpretação, inclusive as mais reacionárias (2).

Os LDH surgidos na década de 60, repetem a gritante desinformação, no que diz respeito à Cabanagem, apresentada nos livros anteriores. São textos pobres de interpretação e ricos de falhas. Cabe aqui uma ressalva: não podemos esquecer o quadro de intolerância política que se configurou no país nas duas últimas décadas. Ele pode ter contribuído direta ou indiretamente para uma retração por parte dos autores do LDH. Cremos que torna-se difícil escrever livremente sobre a atuação de pessoas da classe dominada que amotinadas matavam, saqueavam e lutavam até as últimas consequências pelo restabelecimento da sua liberdade individual. Sem dúvida tornou-se impossível fazer um estudo crítico das lutas encetadas pelo povo em defesa das garantias dos seus direitos, perdidos para os estrangeiros lusos, componentes, como as autoridades do país, da classe dominante que autoritariamente os submetia. De qualquer forma, nos preocupa o indiscutível despreparo dos vários autores nacionais sobre a revolta paraense. Na obra que ora analisamos há uma série de equívocos, os quais grifamos para posterior comentário:

"No Pará, rebentou uma revolta que recebeu o nome de Cabanagem (1831 a 1836, extinta em 1840). Seu principal objetivo era derrubar a Regência. Os revoltosos assassinaram barbaramente, e sem nenhum motivo, o major Joaquim José da Silva Santiago, comandante (...), bem como o governador Bernardo Lobo de Souza, arrastando seus cadáveres até as margens do Guajará. Estes foram substituídos por Francisco Pedro Vinagre e o coronel Felix Clemente Malcher, que se desentenderam e, vencidos este último, fugiu, sendo traído (...). Entregue, as-

sim, à sanha de seu inimigo Vinagre, foi linchado por seus comparsas.

O ambiente era de verdadeiro banditismo (...) quando o marechal Manoel Jorge Rodrigues foi enviado a aquietar a região, dominando, por fim, o matreiro Vinagre, que simulou concordar em submeter-se, mas, realmente levantou-se contra o general (...)". (Washington dos Santos e Humberto Augusto de Medeiros, História do Brasil, IBEP, pag. 71.)

A seguir, os comentários:

1 - Não foi o principal, mas um dos principais objetivos dos cabanos, com referência a Regência que governava o Brasil era o de chamar sua atenção para o estado de abandono e penúria que mergulhara o Pará, no qual o povo estava submetido à vontade lusa, mesmo já tendo se passado mais de uma década que o Brasil tornara-se independente de Portugal.

2 - É impossível, os cabanos não terem motivos para matar as duas autoridades, se na luta estavam em campos opostos e cremos que conscientes de que era necessário, como em toda guerra, exterminar o inimigo. Cremos também ser verdadeira a recíproca.

3 - Manoel Jorge Rodrigues traiu o acordo feito com Vinagre de anistiar a todos, desde que depusessem as armas, mandando prendê-lo. E o Vinagre que rearticulou a luta não foi o mesmo que negociou com Jorge Rodrigues e seu irmão dele, Antônio Vinagre.

Os livros lançados em 1966 e 1967 nada acrescentaram à pesquisa: o primeiro dedica quatro folhas, frente e costa, ao estudo do Período Regencial, porém, nem uma referência sequer ao movimento cabano (3); o segundo se limitou às referências ao nome de luta e ao local que lhe serviu de palco(4). O livro seguinte, no entanto, apresenta dois dados novos ao nosso estudo:

1 - Que o nome da luta advem de cabana, casa de barro, típica morada das camadas mais pobres da população da Amazônia, iniciando assim, uma extensa lista de autores que por total falta de dados mais valiosos lançam mão deste, que avaliamos como sendo de somenos importância.

2 - Que o movimento cabano foi o "único em que as camadas populares atingiram o poder". (Ma. Célia P.V.F. Freire e Marlene Ordoñez, História do Brasil, Ed. Ática, pag. 111.)

Com esta obra encerramos a década de sessenta. Pela descompromissada transcrição abaixo, podemos avaliar que os textos dos LDH dos anos setenta, não diferem tanto dos anteriores:

"No Pará, desde 1831, tropa indisciplinada e malfeitores reuniram-se depondo e assassinando comandantes das armas e governadores; era a revolta da Cabanagem, que depois teve como chefe Francisco Pedro Vinagre e causou grandes prejuízos e centenas de vítimas." (Joaquim Silva, História do Brasil para o curso fundamental, Ed. Nacional, pág. 238).

Isto é tudo de importante sobre a Cabanagem.

Para o ano de 1972, alteramos um pouco o procedimento que vínhamos adotando até então com a nossa pesquisa: analisamos o movimento cabano em três livros didáticos. O primeiro não fazia nenhuma referência à luta(5). O segundo não diferiu da maioria: texto pobre de análise e de novas informações (6), e o terceiro, além de fraco, o texto é carente de reparos:

"O nome de Cabanagem está ligado à população pobre do Pará, que vivia em cabanas, nas margens do rio Amazonas e seus afluentes. Essas populações dedicavam-se à coleta de drogas do sertão e, assim como os demais habitantes do Grão-Pará, não recebiam do governo imperial qualquer ajuda." (Ilmar Mattos, Eila G. Dottorie e José Luiz W. da Silva. Brasil, uma história dinâmica, Ed. Nacional, pág. 72).

Grifamos o trecho acima para melhor ressaltar os reparos a serem feitos:

1 - Nem todos os cabanos viviam às margens do Amazonas, pois havia cabanos no Marajó, no Acará, na região Bragantina, na periferia de Belém, na região do salgado, etc.

2 - Grande parte dos cabanos praticavam outras atividades de subsistência como a pesca e a agricultura.

3 - Havia habitantes do Pará, que eram frequentemente beneficiados pelo governo Regencial, como os comerciantes lusos e os ricos proprietários paraenses, todos componentes da classe dominante. Tantos foram os privilégios que, a gente pobre que compunha a classe dominada, se rebelou.

O autor de um outro livro diz que:

"Os cabanos, nome dado aos revoltosos do Pará, porque eram gente simples, moradores de rústicas cabanas, assassinaram o presidente da província e apoderaram-se da capital." (Antonio José Borges Hermida, Compêndio de História do Brasil, Ed. Nacional, pág. 203).

Preocupado em propagandear os conceitos burgueses que a história oficial tão bem defende, o LDH ao dar informações sobre a Cabanagem, procura es

tabelecer relação entre termos do tipo "gente humilde" e "assassinos malfeitores", ou "revoltosos cruéis" e "população pobre". É fácil de prever a confusão que deve envolver os estudantes, cuja maioria é de crianças e adolescentes, por que:

1 - Também são componentes tanto quanto os cabanos, das camadas mais carentes da sociedade. Será que por isso terão forçosamente que ser malfeitores?

2 - Pobre que se levanta e luta em defesa dos seus direitos, é um bandido e, por isto deve ser morto?

3 - A Cabanagem é uma luta de assassinos e malfeitores, ou de gente humilde em busca de seus direitos?

Ficaremos por aqui, mas outros exemplos poderiam ser dados com relação a "mensagem das entrelinhas", que os textos do livro didático contêm.

O texto que analisamos posterior a esse, demonstra uma preocupação do autor, em ressaltar o aspecto social da luta e a participação popular, fato tão pouco comum nas demais obras aqui já vistas:

"O movimento, ocorrido no Pará, teve características basicamente populares (cabanos = habitantes de cabanas). Dirigia-se, ao mesmo tempo, contra os governos moderados impostos às províncias e contra o domínio dos portugueses sobre o comércio local..."

(Paulo Miranda Gomes, História do Brasil, Liv. Lê, pag. 96).

O livro analisado em seguida apresenta explicações superficiais sobre a luta cabana. Mesmo não usando os termos grosseiros da maioria dos outros livros, este não deixou porém de ressaltar a importância de derrotar os rebeldes, e cita Andréa como a um herói:

"Conseguiu aprisionar os chefes da revolta e os enviou ao Rio de Janeiro, fazendo com que voltasse a reinar a paz e a ordem na província do Pará." (Elián Alabi Lucci, Trabalho dirigido de História do Brasil, Rd. Saraiva, pag. 57).

A década de setenta se encerra com duas obras que tratam a Cabanagem de formas bem diferentes:

"A Cabanagem (...) recebeu esse nome porque a maioria dos revoltosos (...) moravam em cabanas às margens dos rios. A revolta teve origem na luta entre grupos políticos da província, mas depressa se transformou num levante das camadas mais pobres e exploradas da população -

índios e mestiços semi-escravizados, negros escravos, sertanejos - contra a exploração que sofriam por parte de fazendeiros e autoridades. Os cabanos (...) só puderam ser vencidos em 1840 por uma poderosa força militar que promoveu violentos massacres em toda a província". (Olavô Leonel Ferreira, História do Brasil, Ed. Ática, pág. 172).

"Foi uma revolução feita no Pará gente humilde, que morava em cabanas, daí o seu nome. Foi iniciada pelo Cônego Batista de Campos.

Os cabanos tomaram a capital da Província e assassinaram o presidente e o comandante das armas.

Tentando formar uma República, instalaram-se no poder e tiveram três presidentes..." (Lúcio Valuce, História do Brasil, Ed. do Brasil, pág. 169).

Ao fazermos uma comparação entre as duas citações acima, notaremos perfeitamente a preocupação do autor da primeira, em dar realce a origem humilde dos revoltosos, de maneira bastante correta, assim como ressaltar a violência da repressão, que se instalou na província para derrotar a luta. Questões, como podemos notar, muito pouco consideradas nos textos aqui transcritos. O segundo livro, no entanto, nada de novo apresenta, a não ser fazer uma afirmativa que é questão ainda bastante discutível: a Cabanagem tinha como objetivo proclamar uma república? Ou os cabanos queriam apenas chamar a atenção da Regência, para os problemas da Amazônia?

De modo geral, os LDH surgidos na década atual não diferem, no que diz respeito ao movimento cabano, daqueles outros apresentados até então. São textos bastante pobres, e muitas vezes, com informações historicamente incorretas, como:

1 - A Cabanada aconteceu no Pará em 1832, antecedendo portanto a Cabanagem que aconteceu entre os anos de 1835 e 1840(7).

2 - "os cabanos chegaram a proclamar a República e a Independência do Pará", e que o movimento entrou em declínio entre outros fatores, por causa de uma epidemia de haxiga que assolou a Amazônia. (Raymundo Campos, História do Brasil, Atual Ed., pág. 110).

3 - Malcher foi deposto porque jurou fidelidade às tropas e navios enviados pelo governo regencial (8).

Observamos um realce aos efeitos negativos da luta, como se os cabanos tivessem podido optar por tal situação. Em vez de analisar os fatores internos e os externos, olham a Cabanagem como consequência da selvageria de

"pessoas pobres que moravam em cabanas". Procura-se relacionar o maior número possível de informações, que reforcem a idéia de que a luta não deveria ter acontecido, quando o certo seria empenhar-se em analisar a situação sócio-político-econômica da região amazônica, para o estudante poder entender melhor a luta dos cabanos.

Em 1985, ano do sesquicentenário da Cabanagem, nada de novo, em termos de IDH caiu em nossas mãos, sabemos apenas da obra de Olavo Leonel Ferreira, editada em 1978, já citada em nosso trabalho e agora reeditada, assim como a de Francisco de Assis Silva e Pedro Ivo de Assis Bastos, numa reedição "revista e ampliada", da obra lançada em 1976.

NOTAS

RELAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS EM USO

- (1) - A citação refere-se ao Dr. Ângelo Custódio Corrêa, Vice-Presidente da Província do Pará no início da Cabanagem. Tentou assumir o governo por morte de Lobo de Sousa, porém foi repellido pelos revoltosos.
- (2) - VIANNA, Helio, História do Brasil Independente: para o terceiro ano colegial. São Paulo. Com. Editora Nacional, 1953.
- (3) - DEUS, João de e PEREIRA, Euclides. História do Brasil. São Paulo. F T D, 1966,
- (4) - ACCIOLI, Roberto Bandeira e TAUNAY, Alfredo D'Escragnoille. História do Brasil. Rio. Liv. São José, 1967, pag. 221.
- (5) - LACE e MORAES. História Fundamental do Brasil. Belo Horizonte. Ed. Bernardo Alvares, 1972. Vol II
- (6) - BANDECCHI, Brasil. História do Brasil. São Paulo. LISA, 1972.
- (7) - NADAI, Elza e NEVES, Joana. História do Brasil, Belo Horizonte. Sarai-va, 1980
- (8) - SILVA, Francisco de Assis e BASTOS, Pedro Ivo de Assis. História do Brasil. São Paulo. Moderna, 1985.

BIBLIOGRAFIA

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. O Livro Didático de História no Brasil: a versão fabricada. São Paulo. global, 1982.

RAIOL, Domingos Antônio. Motins políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Belém. Universidade Federal do Pará, 1970.

RELAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS ANALISADOS

BRAGA, Theodoro. Noções de Chorografia do Estado do Pará. Belém. empresa gráfica Amazônia, 1919,

VIANNA, Arthur. Pontos de História do Pará. Belém. Empresa gráfica Amazonia, 1919,

PROENÇA, Raimundo. Pontos de História do Pará. Belém. Papelaria Americana, 1937,

VIANNA, Hélio. História do Brasil Independente. São Paulo. Nacional, 1953.

SANTOS, Washington dos e MEDEIROS, Humberto Augusto de. História do Brasil. São Paulo. IBEP, 1965. (para o curso médio)

DEUS, João de e PEREIRA, Euclides. História do Brasil. São Paulo. FTD, 1966

ACCIOLI, Roberto Bandeira e TAUNAY, Alfredo D'Escregnelle. História do Brasil. Rio. São José, 1967 (1ª e 2ª séries ginásiais)

FREIRE, Mª Célia P.V. F. e ORDÓÑEZ, Marlene. História do Brasil. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1969 (Colegial e Vestibulares).

SILVA, Joaquim. História do Brasil para o curso fundamental. 2ª ed. São Paulo. Nacional, 1971.

LAGE e MORAES. História Fundamental do Brasil. Belo Horizonte. Bernardo Álvares, 1972.

BANDECCHI, Brasil. História do Brasil. São Paulo LISA, 1972. (1º grau da 5ª a 8ª séries).

MATTOS, Ilmar Rohloff da., DOTTORIE, Ella Grinsztein e SILVA, José Luiz Werneck da. Brasil, uma História dinâmica. São Paulo. Nacional, 1972. (Área de Estudos Sociais)

HERMIDA, Antônio José Borges. Compêndio de História do Brasil. São Paulo. Nacional, 1973. (Estudos Sociais).

COMES, Paulo Miranda. História do Brasil. 3ª ed. Minas Gerais. Livraria Lê, 1974. (Área de Estudos Sociais. 1º grau. vol. XII)

LUCCI, Elian Alabi. Trabalho Dirigido de História do Brasil: São Paulo. Saraiva, 1975. do Brasil reino ao Brasil atual, (Estudos Sociais. 1º grau).

VALUCE, Ládmo. História do Brasil Império e Republica. São Paulo. Brasil, 1979 (primeiro grau).

FERREIRA, Olavo Leonel. História do Brasil. São Paulo. Ática, 1978

NADAI, Elza e NEVES, Joana. História do Brasil: da Colônia a República. Belo Horizonte Saraiva, 1980.

CAMPOS, Raymundo. História do Brasil. São Paulo. Atual, 1983 (2º grau)

SILVA, Francisco de Assis e BASTOS, Pedro Ivo de Assis. História do Brasil. 2ª ed. São Paulo, Moderna, 1985

148

1979. Journal de la Société de Biologie, tome 81, no 1, p. 1-10.

1978. Journal de la Société de Biologie, tome 80, no 1, p. 1-10.

1977. Journal de la Société de Biologie, tome 79, no 1, p. 1-10.

1976. Journal de la Société de Biologie, tome 78, no 1, p. 1-10.

1975. Journal de la Société de Biologie, tome 77, no 1, p. 1-10.

1974. Journal de la Société de Biologie, tome 76, no 1, p. 1-10.

1973

1972

1971

1970